



Sócrates acusa Passos de querer acabar com taxa intermédia de IVA

Rita Brandão Guerra
e Sofia Rodrigues

Redução da Taxa Social Única prevista pela *troika* divide partidos: Passos Coelho e Paulo Portas recusam cortes de salários

● A redução da Taxa Social Única (TSU) - prevista no plano da *troika* e também no programa eleitoral do PSD - deve ser compensada através dos impostos sobre o consumo ou pelo corte de salários? PS e PSD trocam acusações sobre o tema: José Sócrates diz que os adversários querem acabar com a taxa intermédia do IVA; Passos Coelho e Paulo Portas sugerem que os socialistas poderão optar pelos salários.

O assunto marcou ontem a conferência sobre a União Europeia e a Política Fiscal, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas/TSF/DN, por onde passaram, ao longo do dia, todos os líderes partidários. O último foi José Sócrates, que na sua intervenção acusou o PSD de pretender "aumentar fortemente os impostos", eliminando a taxa intermédia do IVA.

Se Passos Coelho não corta nos salários, como afirmara de manhã, então para compensar a redução na TSU prometida pelo PSD terá de aumentar impostos, inferiu o primeiro-ministro. E os 1600 milhões de euros - o custo estimado desta medida aos cofres da Segurança Social - só podem ser compensados com a eliminação da taxa "intermédia" do IVA, mantendo apenas "a máxima e a mínima", argumentou Sócrates. Uma medida que iria afectar o turismo, essencialmente a área da restauração.

Segundo o líder do PS, o acordo assumido com a *troika* prevê que essa redução na TSU possa ser feita através do "aumento de impostos ou redução da despesa." E o PSD decidiu que "devia ser compensada pelo aumento de impostos", disse, sem esclarecer qual a solução que o PS defende nesta matéria específica.

Passos Coelho e Paulo Portas, que passaram pelo palco do CCB de manhã, também não o fizeram. Tal como Sócrates, limitaram-se a dizer que a compensação da redução da TSU não poderia ser feita recorrendo ao corte de salários. Nem pelo aumento da taxa máxima do IVA.

Os líderes dos dois partidos à direita convergiram pelo menos em dois pontos relativos à política fiscal: querem evitar aumentar a taxa máxima do IVA e defendem uma simplificação do IRS. Ambos defenderam a necessidade de estimular a competitividade da economia e estão de acordo quanto à forma de ultrapassar a actual crise portuguesa. "Precisamos de não gastar mais do

José Sócrates



Esquerda unida BE e PCP juntos contra o aumento de impostos

Maior tributação sobre a riqueza - "seja de que tipo for", como referiu Jerónimo de Sousa -, investimento público e criação de emprego são pontos de acordo entre o líder do PCP e Francisco Louçã, líder do BE, para a recuperação da economia.

Na mesma conferência sobre política fiscal, os líderes dos partidos mais à esquerda uniram-se nas críticas à intervenção externa, ao aumento de impostos e sugeriram alternativas. Louçã atacou "o mundo do investimento imobiliário", apresentou a proposta de "tributação de 100 por cento" de mais-valias urbanísticas e bateu-se contra o aumento de impostos sobre o consumo.

Jerónimo acusou a intervenção externa de ser "sobretudo" um resgate à banca. E defendeu, por exemplo, a "taxação de lucros dos bancos" e o "fim do sigilo bancário" como medidas para uma "repartição fiscal" mais justa, que proteja os salários. **R.B.G.**

que as nossas possibilidades permitem e pôr a economia a crescer", resumiu o presidente do PSD, Passos Coelho.

Sobre a redução da TSU, defendeu que a compensação da receita seria feita através da "chamada reestruturação do IVA" e "em princípio sem aumento das taxas marginais" para garantir uma folga "nos próximos três ou quatro anos". Passos não quis especificar se será a "electricidade, a cerveja ou os sumos", remetendo esse detalhe para o próximo Orçamento do Estado.

O líder do PSD defendeu também uma simplificação do IRS e um alargamento dos escalões de rendimento, "onerando ligeiramente as taxas marginais dos escalões mais elevados, de modo a permitir uma desoneração fiscal dos rendimentos do trabalho", sobretudo para os últimos escalões". Para o líder do CDS é também urgente tornar o IRS mais simples e mais "amigo das famílias".

José Sócrates deixou a proposta de "corrigir e reduzir as deduções fiscais que são usadas pelos escalões de maiores rendimentos" no IRS, criando "tectos de utilização para os diversos sectores onde é possível efectuar deduções" - saúde e educação. E prometeu manter a tributação das mais-valias, tal como uma "tributação especial sobre a banca".